

# Delfim explica corte na ORTN e câmbio

Da sucursal de  
BRASILIA

O expurgo dos índices de inflação e custo de vida provocará uma redução de cerca de 3 pontos percentuais na correção cambial de julho e de cerca de 4 a 5 pontos percentuais na correção monetária do mesmo mês, que se refletirá nos reajustes salariais de setembro. A previsão foi feita ontem pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto, para os líderes do PDS no Congresso.

O ministro informou que quarta ou quinta-feira o governo assinará os atos legais para expurgar dois índices econômicos os aumentos dos derivados do petróleo e do trigo, explicando que "em dois ou três dias" estarão prontos os estudos nesse sentido. Segundo expectativa do ministro, as medidas que agora estão sendo adotadas pelo governo começarão a produzir resultados dentro de quatro ou cinco meses.

Durante as duas horas em que se reuniu com os líderes e vice-líderes do PDS no Congresso, o ministro do Planejamento explicou que o expurgo dos índices e a extinção de privilégios dos funcionários das estatais são providências que se incluem num conjunto já iniciado com o fim dos subsídios ao petróleo, a redução gradual dos subsídios do trigo e retiradas dos subsídios dos juros agrícolas, que reduzirão em 85% os gastos com subsídios. Com a redução das despesas, afirmou, o governo vai recorrer menos ao mercado financeiro e contribuirá para a redução das taxas de juros.

Delfim disse aos pedessistas que inicialmente serão deflacionadas a correção monetária e a correção cambial, em julho. O expurgo será maior na correção monetária, à qual serão aplicados dois redutores: um relativo aos aumentos corretivos do petróleo e do trigo e outro, variável, que expurgará os aumentos de preços decorrentes de fatores acidentais. Por força do mecanismo aplicado à correção dos salários, pelo qual o índice de Preços ao Consumidor se aplica aos reajustes salariais dois meses após sua apuração, os trabalhadores só serão atingidos pelo expurgo no reajuste de setembro.

O senador Carlos Chiarelli (PDS-RS) sugeriu ao ministro que o expurgo dos salários seja feito em duas etapas, mas não obteve resposta conclusiva. O ministro ponderou que os trabalhadores não serão tão penalizados porque o governo vai limitar o aumento dos preços dos produtos industriais já em julho, fixando que eles só poderão ser reajustados em 80% da correção monetária do mês, que já estará expurgada.

Com relação aos empregados das empresas estatais, Delfim Netto assegurou aos parlamentares que eles terão seus direitos assegurados mas perderão alguns chamados "salários indiretos", que incluem serviços médicos especializados, participação nos lucros e outros tipos de mordomias. Serão feitos novos quadros de pessoal para essas empresas, a fim de que os contratados a partir de agora não desfrutem de tantos privilégios como os atuais funcionários.

Serão cortadas, assim, em 5% neste semestre e mais 5% no próximo semestre as despesas de custeio das empresas estatais. Com relação aos investimentos, cada caso será estudado separadamente, a fim de manter aqueles considerados prioritários para o desenvolvimento nacional.

## DISTRIBUIR CUSTOS

Os parlamentares saíram satisfeitos na reunião com Delfim Netto, embora com algumas dúvidas sobre o número de meses em que o expurgo vai incidir sobre o INPC e o IGP. Segundo o líder do PDS, Nelson Marchezan, o expurgo relativo ao petróleo e ao trigo deverá ser feito de uma só vez, sobre os índices de setembro,

mas poderá haver outros, decorrentes dos fatores de acidentalidade. Outros parlamentares entenderam que o INPC será expurgado em duas etapas, a fim de penalizar menos o trabalhador.

"Os nossos entendimentos resultaram em melhor distribuição dos custos do combate à inflação. Toda a sociedade, e não apenas os assalariados, serão onerados pelas medidas", disse o líder do PDS. Já o senador Carlos Chiarelli considerou que "houve um avanço" nas propostas do governo, que parece ter ouvido o PDS, ao manter os direitos dos funcionários das estatais e iniciar os expurgos pela correção monetária e não pelos salários.

Durante a reunião, o senador Chiarelli e o deputado Marchezan ponderaram ao ministro, com apoio da deputada Ivete Vargas, líder do PTB, que não se justifica a excessiva preocupação do governo com os salários. Chiarelli recordou que os salários têm tido reajustes abaixo da inflação nos últimos três anos e que, embora achatados nos últimos cinco meses em decorrência do Decreto-Lei nº 2.012, eles não levaram à queda da inflação. Ao contrário, ela continua a subir, enquanto os salários caem.

Chiarelli disse ao ministro do Planejamento que os salários pouco representam em termos de encargos às empresas privadas nacionais na composição de seus custos. Argumentou que os salários já vêm sendo reduzidos em função da legislação, lembrando que hoje o salário-mínimo na Argentina equivale a três vezes o salário-mínimo brasileiro, o da Itália equivale a dez mínimos no Brasil e até mesmo o Paraguai adota um salário mínimo maior que o do Brasil.

## COMPENSAÇÃO

O líder do governo na Câmara Federal, deputado Nelson Marchezan, disse que o governo pretende compensar com medidas em outros segmentos da economia as perdas salariais decorrentes da alteração na estrutura do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que serve de base para os reajustamentos de salários.

Marchezan disse que, durante a reunião com Delfim Netto, as lideranças do PDS na Câmara e no Senado, além de alguns deputados do PTB, inclusive a sua presidenta, Ivete Vargas, conseguiram "algumas vitórias" e que pretendem, daqui por diante, "discutir, sugerir e aplaudir", quando for o caso, as medidas econômicas que o governo venha a adotar visando reduzir o índice inflacionário, "pois se eles persistirem no patamar em que estão levariam ao desespero e à derrota todo o País".

O deputado Nelson Marchezan disse que, ao lado de medidas visando reduzir o déficit público, o governo pretende adotar outras para distribuir entre todos os setores da sociedade os ônus da política de combate à inflação. Segundo ele, haverá um severo controle dos preços de produtos básicos, uma redução nos reajustes de aluguéis e prestação da casa própria, dos ativos financeiros das empresas e da taxa cambial.

## DÍVIDA E FMI

O ministro do Planejamento disse ainda aos deputados que não houve qualquer desentendimento entre as autoridades brasileiras e a missão técnica do FMI, a qual deverá retornar a Brasília no próximo final de semana e retomar os contatos com o governo.

Em resposta a perguntas do deputado Nilson Gibson, a respeito da dívida externa, Delfim Netto considerou um absurdo a tese da moratória. Explicou que o Brasil não pode adotá-la devido à sua condição de País importador de produtos energéticos, petróleo, trigo e outros insumos básicos; "Se encontrarem um caminho miraculoso — disse — ficarei muito grato.



Foto Adão Nascimento — Telefoto Estado

No documento que entregou aos deputados, Delfim salienta a capacidade de ajustamento